

A qual acostamos a contra-capa deste Processo 8323/89-MJ. Descobrimos, no CORPO IV, o último preso que ficou no Castigo e que fora dele retirado por ter sido vazada a informação de que servidores do Ministério da Justiça estavam em Salvador. Trata-se de AILTON SANTOS FERREIRA DA SILVA, matrícula 7845, que fora retirado da cela às 11:00 horas, do dia 26/JUL/89, dia anterior ao da nossa visita. Outro colocado no "castigo" foi o preso JORGE ANTONIO DA HORA, matrícula 7996. Saída do Pavilhão - Ao deixarmos o CORPO IV, deixamos com o Capitão AQUINO que nos confirmou terem sido efetuados os disparos, inclusive de granadas de gás, calibre 12, segundo o qual, para acalmar os presos. Não acreditamos que possam os presos se colocar calmos com tanta imposição e testes de força praticadas pela guarda da Penitenciária. CONCLUSÃO - Reunimo-nos na sala de aula da Penitenciária para registrarmos a nossa preocupação com o que vimos e o principal objetivo da nossa ida ao Estado. Deixamos claro que a Divisão de Inspeção Penitenciária, não aceitava o que vimos e comprovou, e que os órgãos do Estado que ali se encontravam representados, seriam acionados para que tomassem as providências. Não se pode culpar o Diretor do Estabelecimento quando os órgãos envolvidos com o sistema penitenciário local não participam das ações de melhoria do sistema. O distanciamento que sentimos entre os órgãos e dirigentes dos órgãos, não refletir, inevitavelmente, na população carcerária local daí prejudicando diretamente a política penitenciária pretendida. Sentimos que o Estado não deveria ter solicitado a verba para a construção da Penitenciária Feminina de Salvador, como o fez. Foi construída uma gigantesca obra para uma população que não passará de 50 (cinquenta) presas condenadas. Até hoje a população prisional feminina não ultrapassou a casa das 30 presas condenadas. Existe no Presídio de Salvador 18 (dezoito) presas condenadas, apenas, as de mais lá instaladas, são presas provisórias que aguardam decisão da Justiça. É nossa sugestão que se mude a destinação da Penitenciária Feminina para uso do Manicômio Judiciário; passando-se para o atual Manicômio, que fica no centro de Salvador, os presos da Casa de Albergados; e que se adapte a Casa de Albergados para Presídio de Mulheres, o que comportaria, a massa feminina, tranquilamente. Os presos da Casa de Albergados, instalada na Mata Escura, dentro do Complexo Penitenciário, correm um sério risco de rejeição e confronto com a população externa. O ônibus urbano que trafega na porta do Complexo, e que atende a população em geral, da redondeza, é a primeira etapa da rejeição, pois sabem os populares que naquele ponto de ônibus, só presos do complexo apanham a condução respectiva. A Lei impõe que o Albergado seja construído ou instalado em centros urbanos. Por fim, dando cabo à inspeção realizada, sugerimos os seguintes expedientes e providências: - Oficiar à Vaga de Execuções Penais do Estado, solicitando a desativação das celas "masmorras"; - oficiar ao Ministério Público do Estado, para acompanhar a situação processual e física dos denunciamentos; - oficiar à Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-BA, para que acompanhe as ações dos outros dois órgãos e, se for o caso, requeira exame de corpo de delito, nos presos que denunciaram os espancamentos; - oficiar ao Conselho Penitenciário do Estado, solicitando relatório circunstanciado da visita de inspeção da qual participou; - oficiar ao Diretor do DAP - Departamento de Assuntos Penais, através do Senhor Secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, solicitando inspeção sanitária na Cozinha e Refeitório da Unidade prisional, dando-lhes ciência, inclusive das providências adotadas; - oficiar ao Diretor da Penitenciária "Lemos Brito", encaminhando-lhe cópia de todas as providências adotadas, para conhecimento. Assinado: EDSON RAIMUNDO MACHADO - Diretor/DIP, VÂNIA LÚCIA BRANDÃO RIBEIRO - Chefe SIA/DIP e DULCINEA LOURENÇO SCALIA - Chefe STSP/DIP. Decisão-CNPCC: pela aprovação do Relatório e designação do Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO para, com a colaboração do Relator, em caráter urgente, elaborarem os expedientes indicados bem como sugerir outras medidas que se fizerem necessários. A par disso o Presidente adotará, imediatamente providências preliminares. III- Encontro Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Relator: Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES - Com a colaboração dos Conselheiros NILZARDO CARNEIRO LEÃO e MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, o Relator informou que quando do deslocamento do grupo para Belo Horizonte, a fim de tratar do assunto em tela com o Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado, conseguiram ajustar o programa do Encontro, elaborar seu Regimento e definir o elenco de conferencistas, bem como as autoridades a serem convidadas. Segundo o Relator as Comissões Especiais terão o seguinte desdobramento: a) De Apoio Técnico; b) de Finanças; c) de Recepção e Transporte; d) de Redação Final; e o temário projetado se desdobra tal como segue: "a) A crise da pena privativa de liberdade; b) importância do Centro de Observação Criminológica e Comissão Técnica de Classificação no Sistema Penitenciário; c) Arquitetura Penitenciária: Padrões Mínimos; d) Direitos, Garantias e Deveres do Preso; e) Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Penitenciário; f) os Conselhos da Comunidade na res socialização do apenado e outras formas de participação popular no problema penitenciário; g) Prisão-Albergue: objetivos, finalidades e alternativas; h) regionalização dos Estabelecimentos Penais; i) Pena Pecuniária e Fundo Penitenciário; j) Pens Res tritivas de Direito; l) a AIDS, o Tóxico e o Problema Sexual nas prisões." Participando da sessão o Senhor Procurador Geral, Dr. ALUIZIO ALBERTO DA SILVA QUINTÃO, transmitiu aos presentes a sua manifestação de acordo e a oportunidade, em complementação ao Relatório em apreço, informou sobre o adiamento do evento para o período de 10 a 15 de outubro próximo. Decisão-CNPCC: pela aprovação unânime nos termos supramencionados. IV- Proposição: pelo Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, foi transmitido do convite ao CNPCC em nome do Procurador-Geral da Justiça de São Paulo, então representado pelo Diretor-Geral da Procuradoria, Doutor CARLOS CAMPOS, para sediar na Capital, o próximo Encontro Nacional do Conselho, oportunidade em que o temário enfocará os seguintes assuntos: a) Multa; b) prisão e liberdade provisória; c) Mecanismos de Ação da Justiça Criminal e d) Polícia Judiciária. Decisão-CNPCC: pela aceitação e agradecimentos ao honroso convite e ainda definição do mês de fevereiro de 1990 para realização do mencionado conclave. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

RENÉ ARIEL DOTTI
Presidente-CNPCC

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva

ATA DA 163ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 1989

Às 14:00 do dia 31 de julho de 1989, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF, sob a Presidência do Professor RENÉ ARIEL DOTTI - Conselheiro-Presidente. Conselheiros presentes: EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, JOÃO MARCELLO DE ARAUJO JUNIOR, LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO e NILZARDO CARNEIRO LEÃO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ROGERIO LAURIA TUCCI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Convidados presentes: Sr. CHRISTOPHE SWINARSKI, Delegado Regional da Cruz Vermelha Brasileira e Doutores CÂNDIDO FURTADO MAIA NETO e ISMAR CUNHA, respectivamente, Secretário e Subsecretário da Secretaria de Segurança e Justiça-MJ. I- Subsecretaria de Segurança Pública da SEJUSP-MJ - Relator: Doutor ISMAR CUNHA, Subsecretário - Em prosseguimento aos Relatórios da SEJUSP-MJ, o titular da aludida Subsecretaria, traçou um retrospecto das necessidades que ensejaram a criação

do órgão que representa, desdobrando seu relatório nas seguintes etapas: "a) situação atual; b) perspectivas; c) programa de Combate à Violência na Amazônia e nas fronteiras Sul e Sudeste; d) programa de Combate à Violência nas Grandes Metrópoles (RJ, SP, BH); e) desenvolvimento da Doutrina de Segurança Pública no Brasil; f) apoio às Instituições de Segurança Pública; g) estudo de estruturação de Guardas Municipais; e h) estudo para a Revisão Legal das Competências Policiais Militares e Cíveis dos Estados e Distritos". Concluindo o relator informou que a Subsecretaria, recém instalada, aguarda orientação do Ministério para a implementação do roteiro das atividades sugeridas no desenrolar de sua exposição. Decisão-CNPCC: pela aprovação do mencionado Relatório e providências afins. II- Fundo Penitenciário Nacional - Relator: Conselheiro LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY - após a leitura do projeto de lei em tela e absorvidas algumas das sugestões apresentadas pelo Conselho, a redação do texto final foi unanimemente aprovada e encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro, cuja íntegra, segue transcrita: "LEI Nº _____, de _____ de 1989 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, com a finalidade de proporcionar recursos, em caráter supletivo, aos programas de aprimoramento do sistema penitenciário nacional. Art. 2º - Constituirão os cursos do FUNPEN: I- dotações orçamentárias da União; II- dotações de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas nacionais ou estrangeiras; III- recursos provenientes de alienação dos bens perdidos em favor da União ou confiscados, nos termos da legislação penal ou processual penal, que não tenham outra destinação legal específica; IV- repasse do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL (Decreto-Lei nº 1940, de 25 de maio de 1982); V- multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado; VI- fianças quebradas ou perdidas, nos termos de lei processual penal, deduzidas as custas; VII- rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio; VIII- outros recursos, de origem interna ou externa, inclusive provenientes de repasses ou financiamentos. Art. 3º - As doações em favor do FUNPEN, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas, serão dedutíveis da renda bruta para fins de cálculo de imposto de renda. Art. 4º - Os recursos do FUNPEN destinar-se-ão a: I- construção, reforma, ampliação, implantação e aperfeiçoamento de estabelecimentos penais e de seus serviços; II- aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados, necessários aos estabelecimentos penais e seus serviços; III- formação e aperfeiçoamento de pessoal dos estabelecimentos penais; IV- implantação e aprimoramento de sistemas de trabalho nos estabelecimentos penais; V- formação educacional, cultural e profissional do preso e do internado; VI- elaboração e execução de planos e projetos que visem ao aprimoramento do sistema penitenciário, de execução penal e assistência judiciária ao preso e ao internado; VII- elaboração e execução de planos e projetos que visem à reinserção social dos presos, incluindo os egressos, bem como assistência aos seus dependentes; VIII- programas de apoio às vítimas de crimes; IX- custeio de despesas de administração, fiscalização e auditoria da aplicação de seus recursos. § 1º - Os recursos do FUNPEN poderão ser repassados mediante convênios que se enquadrem nos objetivos fixados neste artigo. § 2º - Se não obrigatoriamente repassados aos Estados de origem, na proporção de cinquenta por cento (50%), os recursos previstos nos incisos V e VI do art. 2º desta lei. Art. 5º - O orçamento do FUNPEN será elaborado de acordo com as normas de planejamento, contabilidade pública e auditoria estabelecidas pela União, devendo ter sua programação aprovada na forma prevista pelo Decreto-Lei nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979. Parágrafo único - Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do Fundo. Art. 6º - Compete à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Justiça, a gestão dos recursos do FUNPEN, bem como a execução dos projetos, planos e programas de sua aplicação, após aprovados pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e autorizados pelo Ministro da Justiça. Art. 7º - O Poder Executivo expedirá ato necessário à regulamentação desta lei, no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação. Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em _____ de _____ de 1989; 168ª da Independência e 101ª da República." III- Proposições - a) pela Cruz Vermelha Brasileira, representada pelo Delegado Regional da entidade, Sr. CHRISTOPHE SWINARSKI, foi transmitido ao Conselho o interesse da Cruz Vermelha em colaborar com os órgãos afins ao sistema Penitenciário, no que se refere a prestação de Serviços de Assistência à presidiários; Decisão-CNPCC: pela designação do Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, para manter contato com o representante da entidade, a fim de elaborar e propor ao CNPCC, minuta de Protocolo de Intenções sobre o assunto; b) pelo Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, foi solicitado que o CNPCC e a SEJUSP-MJ prestem ajuda financeira para a realização simultânea em Belém, no período de 05 a 10 de agosto de 1990, do VII CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS AFINS e da Reunião Anual do Grupo Latinoamericano de Criminologia. Decisão-CNPCC: pela aprovação unânime e realização de suas sessões ordinárias em Belém, por ocasião dos eventos mencionados; c) pelo Senhor Presidente foi proposto constar desta, o teor do expediente que se segue: "Comunico a V.Exa. que, na sessão plenária realizada no dia 12 do corrente, neste Instituto, o Dr. GERALDO SAMPAIO VAZ DE MELLO apresentou moção de congratulações pelo voto proferido pelo Dr. EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA como relator do processo sobre "Penitenciárias que possibilitem a realização de trabalho agrícola para os sentenciados", extensiva a todo o Conselho." Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

RENÉ ARIEL DOTTI
Presidente-CNPCC

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva

ATA DA 164ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1989

Às 11:00 horas do dia 30 de agosto de mil novecentos e oitenta e nove reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, com a finalidade de participar da solenidade de posse do novo Presidente do Conselho - Doutor JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES e dos membros que o integrarão, Professores HERMÍNIO ALBERTO MARQUES PORTO e DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS. Conselheiros presentes: EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO e NILZARDO CARNEIRO LEÃO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND e RUY DA COSTA ANTUNES. Convidados presentes: Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, Deputados Federais, Secretários de Justiça, Secretários de Segurança Pública, Juizes de Execuções Criminais, Professores de Direito Penal e Dirigentes dos órgãos do Ministério da Justiça. I- Solenidade - O ato de posse presidido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Professor J. SAULO RAMOS, teve início com a leitura dos termos pertinentes, elaborados pelo Departamento de Pessoal